

INCORPORAÇÃO DE “INOVAÇÃO” À PRÓ-REITORIA DE PESQUISA CONSOLIDA POLÍTICA QUE ATRELA ATIVIDADES DA USP AOS INTERESSES DE MERCADO

Informativo Adusp Online, 12 de maio de 2022¹

“É um processo que a universidade faz em estrita parceria com o setor externo”, definiu o pró-reitor Paulo Alberto Nussenzweig, na reunião do Conselho Universitário de 3/5, que renomeou o órgão como Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) e criou o cargo de pró-reitor(a) adjunto(a) de Inovação. Já Emanuel Carrilho, vice-coordenador da Auspin, foi mais direto ao sustentar que “a pesquisa transforma dinheiro em conhecimento e a inovação transforma conhecimento em dinheiro” e ao celebrar “a oportunidade de incentivar um fluxo de caixa num moto contínuo”

O Conselho Universitário (Co) aprovou na reunião do dia 3/5, por 90 votos favoráveis, cinco contrários e três abstenções, a incorporação da atividade de Inovação à Pró-Reitoria de Pesquisa, já rebatizada de PRPI, conforme o seu site na Internet. O Co também aprovou a indicação do professor Raul Gonzalez Lima, docente da Escola Politécnica, para o recém-criado cargo de pró-reitor(a) adjunto(a) de Inovação.

Na última sexta-feira (6/5), o *Diário Oficial do Estado* publicou cinco resoluções do Gabinete do Reitor (números 8.227 a 8.231) alterando dispositivos do Estatuto da USP para, entre outras medidas, transformar o Conselho de Pesquisa em Conselho de Pesquisa e Inovação e criar o Conselho de Inclusão e Pertencimento e a Pró-Reitoria de

Inclusão e Pertencimento, cuja criação também foi aprovada na mesma reunião.

De acordo com a Resolução GR 8.227, “a inovação constitui, ao mesmo tempo, uma forma de geração de conhecimento em parceria com outros setores da sociedade e de transferência deste conhecimento para o benefício e desenvolvimento social e econômico da sociedade”. Essa função, justifica a resolução, “é particularmente oportuna na atualidade em que a economia das nações passa a ser uma economia do conhecimento, cujo sucesso depende do empreendedorismo e da inovação”.

A inovação “é atividade-fim da USP por fomentar o intercâmbio de conhecimento entre a Universidade e a Sociedade, a formação de profissionais para o trabalho no mun-

do contemporâneo e por ajudar a cumprir suas funções sociais”, prossegue o texto. A incorporação da atividade de inovação à Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) “afirma a intrínseca relação entre pesquisa e inovação”. A transformação da PRP em PRPI “é uma forma de tornar a agenda da inovação visível às mais altas esferas administrativas da Universidade, de harmonizar a atuação dos órgãos de inovação da Universidade, de capilarizar a inovação em todas as Unidades, Museus, Institutos Especializados e órgãos complementares, bem como de cuidar da vitalidade do ecossistema de inovação da Universidade”, define a resolução.

“Uberização”

A nova pró-reitoria representa a consolidação da “Política de Inovação da Universidade de São Paulo”, aprovada pelo Co em 30/11/2021 e descrita na Resolução 8.152, de 2/12/2021. Essa política, cuja aprovação foi objeto de grande empenho da gestão V. Agopyan-A.C. Hernandez e tramitou em alta velocidade em meio à pandemia, sustenta como um de seus “valores” que “a inovação e o empreendedorismo são partes fundamentais e indissociáveis dos processos de ensino, pesquisa e extensão universitária”.

A inclusão do empreendedorismo nos “considerandos” da proposta aprovada na última reunião do Co motivou contestação por parte da representação discente e de servidora(e)s. Túlio Ferreira Leite da Silva, aluno da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e representante discente da pós-graduação, sugeriu a retirada do termo dos “considerandos” e da justificativa da resolução afirmando que, ao contrário do que o texto apregoa (e do que o pró-reitor de Pesquisa, Paulo Alberto Nussenzeig, sustentou no Co), “é de certa forma uma falácia argumentativa ou no mínimo um pouco complicado quando se diz que é uma tendência que a maioria dos novos empregos são gerados em *startups*, porque esses são empregos precarizados, totalmente desconectados da realidade do progresso com saúde mental”. “São empregos que constantemente oneram seus funcionários. É a uberização do trabalho”, prosseguiu.

Na sua fala inicial, Nussenzeig havia dito que “a criação de empregos novos em *startups* será cada vez mais um realidade do nosso país”. “Se uma universidade não se prepara para formar pessoas com a visão de que vão procurar oportunidades de trabalho em *startups*, pessoas que sejam capazes de criar *startups*, isso será uma falha

numa das nossas principais missões, que é a missão educacional”, defendeu.

Túlio Silva — ele mesmo responsável por uma *startup* — contestou essa visão ao apontar que “qualquer pessoa que faça parte do ecossistema de empreendedorismo neste país ou do mundo sabe que, de cada dez *startups*, apenas uma prospera”. O aluno ressaltou que a representação discente da pós-graduação “é fortemente adepta da inovação”, mas reiterou que o empreendedorismo não poderia ser considerado uma atividade-fim, o que representaria “investir na uberização da universidade”.

O reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior concordou que o termo poderia ser excluído dos “considerandos” e disse que já via “um sinal positivo do setor jurídico” na sala de reunião. Porém, não foi votada formalmente uma reformulação do texto, e a expressão foi mantida, conforme publicado acima.

Além do estudante, a única voz que se manifestou de forma crítica em relação às mudanças para a incorporação da “inovação” entre as atividades-fim da USP foi a de Bárbara Della Torre, representante da(o)s servidora(e)s técnico-administrativa(o)s. Toda(o)s a(o)s docentes que pediram a palavra na reunião elogiaram a iniciativa e louvaram seus supostos efeitos benéficos.

Bárbara afirmou que as mudanças não foram suficientemente discutidas na comunidade acadêmica e que muita gente “não sabe do que se trata”. “O que foi votado em 30/11 e o que está sendo votado aqui é o aprofundamento de algo que já vinha acontecendo, uma mudança profunda no paradigma da universidade”, afirmou. Na avaliação da servidora, a decisão representa o fim da “universidade pública voltada aos interesses da sociedade, que produz conhecimento de maneira livre”.

A incorporação desse viés, considera, significa uma ameaça à autonomia, porque “o atrelamento ao mercado e às empresas vai colocar um fator ordenador aqui dentro, que é acabar com a independência da universidade a serviço de atender de fato a sociedade”. “Fundamental para a autonomia em todos os seus aspectos é a independência financeira, e não o atrelamento às empresas.”

Bárbara afirmou que essa política vai permitir que sejam ainda mais estreitados os laços de docentes com instituições privadas. “Vários professores vêm se tornando empresários através de fundações ditas filantrópicas, mas que na verdade navegam num capitalismo sem risco que é a relação promíscua entre o público e o privado. São membros de conselhos



Startups geram empregos, garante Nussenzeig

diretivos de fundações privadas que vêm gerindo uma verba pública gigantesca por meio dessas organizações”, apontou.

“Fluxo de caixa”

À parte essas manifestações isoladas, o tom de defesa da inovação e do empreendedorismo marcou o espaço da reunião destinado ao tema. O pró-reitor Nussenzeig disse, por exemplo, que era necessário responder com um “enfático sim” à pergunta sobre se a criação da PRPI na USP era necessária.

De acordo com o professor, essas atividades permitem “o intercâmbio de conhecimentos entre a universidade e a sociedade”, “a formação para o trabalho no mundo contemporâneo” e “o cumprimento de nossas funções sociais”. A transformação da PRP em PRPI, justificou, “é uma forma de trazer essa agenda às mais altas esferas da universidade”.

Para que a inovação — “processo que parte de uma ideia e termina com impacto na sociedade, seja ele social, cultural, ambiental ou econômico”, conforma preconiza a

Resolução 8.152 — gere esse impacto, o processo não pode ser feito pela universidade sozinha, defendeu Nussenzeig. “É um processo que a universidade faz em estrita parceria com o setor externo”, disse. O “setor externo” inclui o “meio governamental, empresários, ONGs”, citou.

Essa “porosidade ampla da universidade ao meio externo”, conforme definiu o pró-reitor, é necessária porque “inovação é algo dinâmico, que precisa de rapidez na percepção das necessidades e interesses da sociedade, na percepção das possibilidades de conhecimento estocado ou gerado nas universidades”.

No entanto, Nussenzeig procurou salvar as aparências. “Ao mesmo tempo precisamos ser porosos, mas precisamos ter a governança que nos permita manter a autonomia nos nossos propósitos”, proclamou. “Não podemos permitir que a sociedade externa determine a agenda. A autonomia tem propósito”.

Já o professor Emanuel Carrilho, vice-coordenador da Agência USP de Inovação (Auspin), foi direto ao ponto, sem disfarces, ao sustentar que “a pesquisa transforma dinheiro em conhecimento e a inovação transforma conhecimento em dinheiro”. Na visão do professor, no fundo trata-se mesmo de dinheiro: “Temos a oportunidade de incentivar um fluxo de caixa num moto contínuo, numa solução virtuosa, onde a sociedade toda tem que se beneficiar”. Aliás, Carrilho considera que “inovação e empreendedorismo são casados”, tanto que “uma palavra não vive sem a outra”.

Comemorando a aprovação da criação da PRPI, o reitor Carlotti disse que a institucionalização da inovação dentro de uma pró-reitoria “coloca no seu devido lugar essa atividade, com representação no Co”.

Em novembro de 2021, poucos dias antes da aprovação da política de inovação no Co, a Adusp publicou nota na qual apontava os vícios na condução acelerada da proposta e vários outros problemas na sua formulação. “Causa perplexidade a tramitação e aprovação pelos órgãos centrais da USP de um documento com tamanha inconsistência e falta de rigor, sendo as mais evidentes a indefinição de termos fundamentais e intensamente repetidos ao longo do documento, como ‘inovação’ e ‘empreendedorismo’”, dizia a nota da entidade.

Nota

Nesta versão, foram suprimidos pequenos trechos da matéria original.

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO VAI OFERECER DISCIPLINA PARA FORMAR “CIENTISTAS EMPREENDEDORES”, QUE PODERÃO APRESENTAR SUAS IDEIAS AOS TUBARÕES DO MERCADO

Informativo Adusp Online, 24 de fevereiro de 2023

Aluna(o)s de pós-graduação da USP terão a oportunidade, a partir deste primeiro semestre, de viver uma experiência semelhante à dos programas de televisão do tipo *Shark Tank*, nos quais potenciais empreendedores apresentam seus projetos aos “tubarões” que poderão investir — ou não — em sua concretização.

Trata-se da disciplina “Formação de Cientista Empreendedor”, a ser oferecida — estranhamente — pela própria Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), instância administrativa da universidade, e não unidade de ensino e pesquisa.

A disciplina, de acordo com *e-mail* enviado pela PRPG a aluna(o)s e orientadora(e)s da USP, tem como um de seus objetivos “oferecer a oportunidade de apresentação do projeto de empreendedorismo através de um *pitch* para a Banca de Avaliadores formada por investidores *early stage*” — ou seja, o modelo dos programas de televisão nos quais, como diz o *site* da versão brasileira, os “tubarões” podem “surfear” nas ideias apresentadas.

O *e-mail* não explica com base em quais critérios será formada a Banca de Avaliadores, embora tudo leve a crer que seus integrantes venham a ser representantes do setor privado. Afinal, é lá que se busca quem tenha cacife para bancar os chamados investimentos *early stage*, fase inicial de desenvolvimento de uma nova empresa de tecnologia — perdão, de uma *startup*.

O próprio termo *startup* aparece várias vezes no *e-mail* da PRPG. Por exemplo, na descrição de outros dos objetivos da disciplina, como “fomentar criação de equipes multidisciplinares para desenvolvimento de projetos de empreendedorismo com potencial de transformação em *startups* a partir de tecnologias desenvolvidas pelos pós-graduandos” e “apresentar os aspectos relacionados à criação e gestão de *startup* em diferentes setores de atividade econômica”.

A disciplina, com 50 vagas, tem como público-alvo “mestrandos e doutorandos detentores de tecnologia ou com interesse em formar times de sócios fundadores para desenvolvimento de uma *startup* a partir de uma tecnologia desenvolvida por um dos alunos”. As aulas serão realizadas uma vez por semana — em formato remoto, claro, mais adequado ao perfil inovacionista proposto.

Outra característica da rendição da universidade ao discurso do inovacionismo e do empreendedorismo tão ao gosto do “mercado” está no processo de avaliação: “O trabalho da disciplina consistirá no desenvolvimento da inovação a partir da tecnologia do pós-graduando”.

Pesquisas e estudos de consultorias privadas como a PwC apontam que nove de cada dez *startups* criadas no Brasil não conseguem sobreviver. Não se sabe se a análise desses dados está incluída na ementa da disciplina.

AUSPIN OFERECE BOLSAS DE INTERCÂMBIO NA MODALIDADE “EMPREENDEDORISMO” E INCLUI EMPRESAS NA BANCA DE SELEÇÃO DOS PROJETOS

Informativo Adusp Online, 6 de abril de 2023

A Agência USP de Inovação (Auspín) está decidida a acelerar a implantação do pretendido “quarto pilar” da universidade, “inovação e empreendedorismo”, mediante a conversão acrítica de estudantes de graduação em supostos empreendedores e empreendedoras. No último dia 3/4, a agência lançou seu Edital 1.701/2023, de seleção do Programa de Bolsas de Intercâmbio Internacional para aluno(a)s de graduação da USP, na modalidade “Empreendedorismo”. As bolsas variam de R\$ 6 mil mensais, quando o intercâmbio for na América Latina, a R\$ 10 mil mensais quando se tratar de outros países. As inscrições se estenderão até 11/5 e o intercâmbio se iniciará entre agosto e setembro deste ano.

A Auspín reservou o expressivo montante de R\$ 1,16 milhão para o programa, que se baseia na Portaria GR 6.640/2015 e apresenta uma série de particularidades bastante questionáveis. Parece que se pretendia, conforme *e-mail* encaminhado diretamente pela Auspín ao corpo docente em 3/4, “conceder auxílios financeiros para alunos(as) que fazem parte de entidades estudantis voltadas à inovação e empreendedorismo com propósito [de] desenvolver projetos que promovam a melhoria de práticas associadas ao desenvolvimento da inovação e empreendedorismo na Universidade de São Paulo, ou projetos de desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo no geral” (destaques no original).

Curiosamente, no entanto, as “entidades estudantis voltadas à inovação e empreendedorismo” citadas pela Auspín no comunicado aos docentes não constam do Edital 1.701/2023, onde não há qualquer referência a elas.

Há outros aspectos perturbadores na iniciativa da agência. Um deles é o fato de que caberá exclusivamente ao(à) discente “a escolha do projeto e sua obtenção do aceite da instituição destino”. Além disso, a instituição onde se dará o intercâmbio poderá ser uma empresa, “preferencialmente com base tecnológica”, ao invés de uma instituição de ensino ou centro de pesquisa. Embora possa parecer mais atraente para jovens discentes que tenham interesse numa formação “profissionalizante”, essa alternativa tende a apartá-lo(a)s mais precocemente de um ambiente acadêmico, num momento em que ainda não completaram sua formação.

O edital detalha os possíveis destinos de intercâmbio, citando, além de instituições públicas e organizações governamentais, “institutos de pesquisa e centros de inovação públicos ou privados; empresas de base tecnológica, incubadoras e *startups*”. Uma das justificativas apresentadas no documento é que o auxílio fornecido “visa impulsionar a qualificação e a empregabilidade [*sic*] dos(as) interessados(as) por meio da oportunidade de educação, especialização e contato com diferentes culturas”.

Mais grave ainda é a decisão da Auspín, referendada pela Reitoria, de incluir na banca de avaliadores dos projetos que vierem a ser inscritos no edital pessoas estranhas à USP e às universidades públicas: “O processo seletivo é realizado por uma banca de avaliadores formados por docentes da Universidade de São Paulo e de outras universidades, *profissionais da área de inovação de empresas parceiras*, além de ex-bolsistas, envolvendo desta maneira todos os segmentos da sociedade” (destaques nossos).

Em outro ponto do edital, as bancas de seleção são assim definidas: “Todas as inscrições que atendam aos requisitos do presente Edital serão avaliadas por comissão *ad hoc* da Auspin, formada por especialistas do setor empresarial e comunidade USP”.

Uma vez que se trata de um processo de seleção de projetos que envolve recursos públicos expressivos, a participação de profissionais estranhos à USP e ligados a empresas, ainda que “parceiras” (cabendo definir ainda quais os critérios para tal designação), não é recomendável, podendo aumentar as chances de conflito de interesses.

Outro dispositivo do edital que chama atenção é o item V, ponto 2 (“Análise da Instituição no Exterior”), cujo item “a” diz o seguinte: “Neste item será verificada a relevância da instituição de destino considerando a sua classificação nos principais *rankings* mundiais de sua área e sua relevância na realização de projetos de cunho inovador/empreendedor”. No que diz respeito à América Latina, sabe-se que a maioria das instituições de ensino superior tem dificuldades para obter boas posições nos *rankings*, dominados por instituições de países como EUA, China e Europa central.

AGÊNCIA USP DE INOVAÇÃO LISTA MAIS DE 150 DISCIPLINAS “EMPREENDEDORAS” E “MULTIDISCIPLINARES”

Informativo Adusp Online, 4 de agosto de 2023²

Ao menos no plano da retórica, a Universidade de São Paulo vive uma euforia empreendedora e inovacionista, depois que o Conselho Universitário, no apagar das luzes da gestão Agopyan-Hernandes, aprovou a incorporação de um “quarto pilar”, que vem a ser exatamente o intrigante binômio inovação-empreendedorismo — embora na ocasião a proposta reitoral, de *per si* questionável, tenha sido chancelada quase sem debate.

Como decorrência quase imediata, em decisão posterior o Co acrescentou ao nome da Pró-Reitoria de Pesquisa a extensão mágica “e Inovação”, portanto a antiga PRP tornou-se PRPI. A euforia contagiou diferentes setores da administração, de tal maneira que as iniciativas pró-inovacionismo e pró-empreendedorismo têm extrapolado o âmbito da Agência USP de Inovação (Auspin). A Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), por exemplo, foi tomada por um “surto docente” e passou a oferecer disciplinas voltadas para essa temática, exorbitando assim suas funções precípuas.

De acordo com o próprio site da PRPG, essa pró-reitoria tem como missão “promover e gerenciar [*sic*] o ensino de Pós-Graduação da USP”, sendo seu principal objetivo “fomentar a qualidade do ensino de Pós-Graduação *stricto sensu*, estabelecendo um patamar de qualidade e inserção internacionais”. Havendo, ainda, uma novidade: “Recentemente, incluímos na nossa missão o lema: Excelência, Liderança e Responsabilidade” — *slogan* marqueteiro, quiçá copiado de entidades empresariais. Nada disso, obviamente, autoriza a PRPG a comportar-se como unidade de ensino que ela não é.

No entanto ela oferece atualmente pelo menos cinco disciplinas, quatro das quais integram uma lista de 154 “disciplinas empreendedoras” (*sic*) elaborada pelo Núcleo de Empreendedorismo da USP (NEU), organização que orbita a Auspin e é “voltada para os estudantes”. Duas dessas disciplinas da PRPG começaram a ser ministradas já em 2019: “Inovação e Empreendedorismo” (PRG004) e “Fundamentos em Empreendedorismo”

(PRG005), ambas tendo entre seus docentes responsáveis o coordenador da Auspin, professor Luiz Henrique Catalani. Outras duas foram ativadas em 2021: “Laboratório de Inovação e Empreendedorismo” (PRG0016) e “Como Criar Uma Startup” (PRG0017).

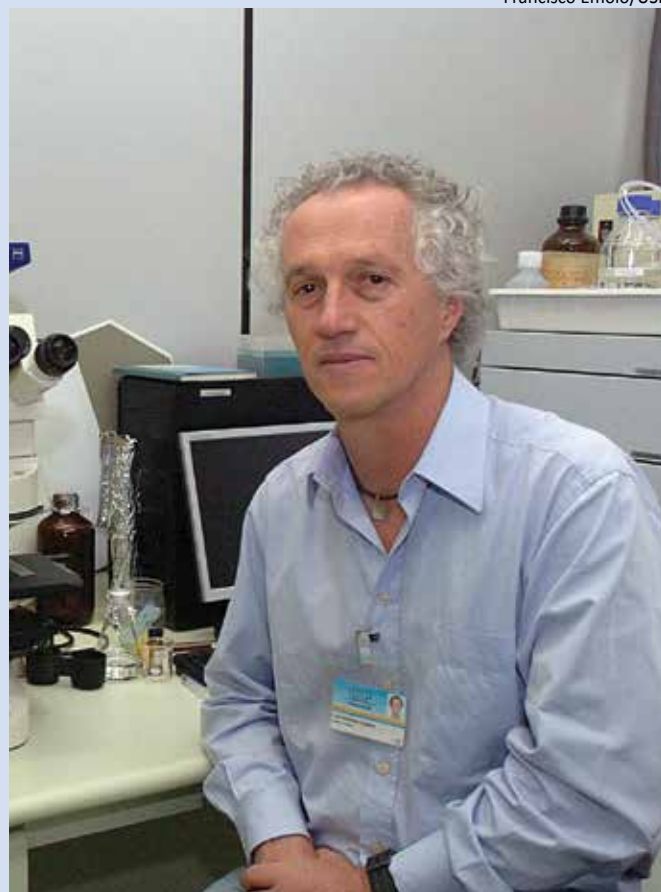
Outra disciplina oferecida pela PRPG, “Formação de Cientista Empreendedor” (DPG5011), já foi objeto de reportagem do *Informativo Adusp Online* publicada em fevereiro último. Agora, dando continuidade aos seus planos, essa pró-reitoria oferece um “Programa de Formação Complementar – Oficina de Empreendedorismo”, exclusivamente destinado a mestrandos(as) e doutorandos(as) da USP “que cursaram, ou estão cursando, a disciplina DPG5011”.

O objetivo do programa, contraditoriamente abrigado no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) da pró-reitoria, é “aperfeiçoar a formação” desses(as) pós-graduandos(as), “em particular no que tange a dar continuidade ao desenvolvimento de seu projeto de empreendedorismo baseado na sua tecnologia desenvolvida durante a etapa pedagógica na disciplina DPG5011”.

Assim, a PRPG pretendia ofertar, durante o segundo semestre de 2023, “oitenta bolsas exclusivas para alunas e alunos da USP” que viessem a participar da “Oficina de Empreendedorismo”. No entanto, a julgar pelas informações disponíveis na página da pró-reitoria, apenas 37 pós-graduandos(as) se habilitaram a participar do programa, e destes(as) somente 22 farão jus às bolsas. Os demais 15 participarão na condição de “voluntariado”.

O crescente engajamento da PRPG na senda do empreendedorismo-inovacionismo é particularmente preocupante, porque desvirtua as finalidades dessa pró-reitoria e porque amplia o espectro da mercantilização na USP. A aposta institucional no “cientista empreendedor”, cabe sempre reiterar, é um ataque ao Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e, por meio dele, à universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

“As ciências e suas finalidades jamais deveriam se pautar pelo empreendedorismo, mas sim por questões que envolvem o conjunto da sociedade, pelos fenômenos que se relacionam com as mais diversas áreas de conhecimento”, considera a professora Michele Schultz, presidente da Adusp. “A formação, além da dimensão da atuação profissional, deve trazer consciência dos contextos sociais, históricos e culturais nos quais estamos inseridas e inseridos e isso vai muitíssimo além da formação para o



Catalani (Auspin) tem duas disciplinas na PRPG

‘mercado’ ou para o ‘empreendedorismo’, ou ainda para o ‘inovacionismo’. Pensar essa abordagem na pós-graduação *stricto sensu*, que pretende formar pessoas para a docência, é um verdadeiro ataque à formação reflexiva e contextualizada”, completa a docente da EACH.

“Multidisciplinares”?

A peculiar versão do idioma português manejada pela alta burocracia da USP criou a expressão “disciplina empreendedora”, que é totalmente imprópria. A Auspin, nas mensagens que envia seja para docentes seja para estudantes, incorporou essa expressão. Em *e-mail* enviado em janeiro ao corpo discente, “em parceria” com o NEU, a Auspin divulgou *links* de acesso (mediante o preenchimento de formulários) à “lista de disciplinas empreendedoras USP para graduação e pós-graduação”, a saber: “disciplinas de empreendedorismo intensamente multidisciplinares [*sic*], uma ótima oportunidade para desenvolver suas habilidades e criar iniciativas inovadoras de caráter prático, com impacto social e econômico”.

A mensagem trazia ainda um chamado aos e às discentes para que participem do NEU (“Tem interesse em impactar milhares de estudantes da USP por meio do empreendedorismo? Considere se juntar ao NEU, temos vagas abertas para 2023!”), que se apresenta como “uma instituição da USP formada por estudantes, apoiada por pesquisadores e professores, com a missão de desenvolver a cultura de empreendedorismo de *startups* na USP, inspirando, capacitando e conectando pessoas”, e que trabalha “para que a USP se torne uma das universidades referência em empreendedorismo no mundo, assim como Stanford, MIT e a Universidade de Tel Aviv”.

Alunas e alunos são convidados pela Auspin e por seu braço NEU a “impulsionar sua graduação com as disciplinas de empreendedorismo e inovação ofertadas pela USP”, todas reunidas pela Auspin “em um só lugar”, sendo ainda “*disciplinas optativas livres que servem tanto para complementar as horas do curso*, quanto para proporcionar aos estudantes enormes diferenciais com a diversidade de escolhas possíveis” (destaques no original). Graças ao Hub USP Inovação, mantido pela Auspin, “é possível você escolher e adaptar o nível de complexidade das disciplinas optativas em 4 níveis: ‘Quero aprender’; ‘Tenho uma ideia, e agora?’, ‘Preciso testar minha ideia’ e ‘Tópicos Avançados em Empreendedorismo’”.

A lista que materializa essa narrativa pretensamente atraente, ainda que um tanto simplória, é a citada no início desta matéria, composta por 154 disciplinas oferecidas por 19 unidades — com exceção de nove que são interunidades e daquelas mantidas pela PRPG (e acima citadas).

As unidades que oferecem maior número das (mal) chamadas “disciplinas empreendedoras” são a Escola Politécnica (40), a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP, 16), a Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA, 15), o Instituto de Matemática e Estatística (IME, 13), a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e a Escola de Comunicações e Artes (ECA) com 11 cada uma.

Depois vêm Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e interunidades, com sete cada; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) e Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), com cinco cada uma; Instituto de Ciências Matemáticas e da Computação (ICMC), Faculdade de Direito (FD) e PRPG, com quatro cada; Escola de Engenharia de Lorena (EEL) e Fa-

culdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA), com três cada uma; e, com apenas uma disciplina cada, Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ), Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), Instituto de Psicologia (IP), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) e Instituto de Física de São Carlos (IFSC).

Não há surpresa no tocante às três primeiras da lista do NEU/Auspin, porque Poli, FEA e FEARP sediam, somadas, nada menos do que sete fundações privadas ditas “de apoio”, as quais dispõem de expressivo poder econômico e político e na prática ditam, há décadas, os rumos das respectivas unidades, fortemente viesados para o mercado. Mas é possível encontrar disciplinas desse naipe em unidades ou áreas do conhecimento não tão óbvias.

No caso da EACH, a lista traz disciplinas que até fazem algum sentido para certos cursos da unidade de perfil mais “profissionalizante”, tais como “Empreendedorismo em Têxtil e Moda” (ACH2657) ou “Empreendedorismo em Informática” (ACH2008). Mas uma disciplina que não consta da lista é “Empreendedorismo em Gerontologia” (ACH3088), com carga horária total de 90 horas, criada no longínquo ano de 2011 e ativa ainda hoje, contando atualmente com 37 alunas(os).

“Empreendedorismo em Gerontologia” tem como objetivo “preparar o aluno para a participação ativa em novos empreendimentos na área da Gerontologia” e propõe-se a “simular empreendimentos na área de Gerontologia”. Porém, seu programa nada tem de específico no tocante a este ou a qualquer outro aspecto da saúde. Inclui “princípios fundamentais do empreendedorismo”, “orientações para o desenvolvimento de planos de negócio”, “caracterização de empreendimentos existentes: *benchmarking*” etc.

Há outras disciplinas desse tipo em outras unidades da área da saúde. Por exemplo: a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) oferece desde 2021 a disciplina “Inovação e Empreendedorismo em Saúde e Enfermagem” (ERG0111), com carga horária de 30 horas e que apresenta como objetivo fazer com que o(a) aluno(a) “seja capaz de compreender conceitos e abordagens fundamentais relacionadas à inovação, ao empreendedorismo, intraempreendedorismo [*sic*] e empreendedorismo social que favoreçam o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que contribuem para identificação de problemas

e soluções inovadoras relacionadas a assistência, educação, administração e gestão em saúde e enfermagem”. A ERG0111 também não consta da lista do NEU/Auspin.

A FM mantém um curso de nome semelhante, “Empreendedorismo e Inovação em Saúde” (MSP4061), ativado em 2020, que se propõe a fornecer “noções básicas de estratégias e regulamentações envolvidas nos processos de empreendedorismo e inovação”. Ao contrário de outras disciplinas, esta parece dar maior atenção a aspectos frequentemente negligenciados, ao fixar como um de seus objetivos “capacitar o aluno para o desenvolvimento de projetos de empreendedorismo e inovação em produtos e processos na área de saúde que sejam relevantes para o desenvolvimento e sustentabilidade da atenção à saúde”, e ao incluir no programa um módulo denominado “Aspectos éticos e regulatórios e propriedade intelectual”. Por outro lado, embora faça referência ao “ecossistema brasileiro” de empreendedorismo, toda a bibliografia utilizada é em inglês e quase toda do MIT.

A FMVZ oferece a disciplina “Empreendedorismo” (VCI5788), ativada em julho de 2022, cuja ementa é bastante elucidativa a respeito de seu propósito. “Promover ampla visão dos conceitos básicos e linguagem do Empreendedorismo, bem como despertar e estimular a capacidade reflexiva acerca das atitudes Empreendedoras, assim como da transferência de tecnologia da Universidade para o Mercado”, eis seu objetivo.

Salta à vista o teor acrítico de ementas e enunciados de diversas das disciplinas, que repetem fórmulas consagradas no jargão empresarial. Por exemplo: será que é mesmo necessária a inserção de “conceitos empreendedores” nos cursos de saúde? Qual é a legitimidade do mercado para fazer tal exigência? Quais as implicações éticas de se empreender em área tão sensível como a saúde? Talvez essas questões sejam abordadas nas aulas, mas não há indícios disso nos textos disponíveis.

“O preocupante é a adesão acrítica que beira o dogmatismo nessa seara do empreendedorismo. Fico curioso de saber se há nessas disciplinas qualquer dimensão histórica e crítica do empreendedorismo, para que o fenômeno possa ser também entendido em contexto e em suas dimensões ideológicas. Resvala num discurso de auto ajuda que rebaixa o papel da universidade pública”, pondera ao *Informativo Adusp Online* o professor Renato Levi, do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA.

Mestrado gratuito

A FEA, por sua vez, chegou a instituir um Mestrado Profissional em Empreendedorismo, “de natureza *stricto sensu* e gratuito”, que oferece, entre outras, a disciplina “Laboratório de Inovação e Empreendedorismo” (EAP5026), que objetiva “contribuir para a formação de empreendedores inovadores, bem como fomentar o desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica (*startups*) e iniciativas de *corporate venture* (ou seja, investimentos de empresas estabelecidas em *startups*)”. Trata-se de uma disciplina que “busca integrar e aplicar os conceitos abordados em outras disciplinas relacionadas ao empreendedorismo e, em particular, aquelas oferecidas pelo Programa de Mestrado Profissional em Empreendedorismo”, sendo que seu conteúdo “pode ser considerado como uma etapa de pré-aceleração de novos negócios”, de modo que se pretende “dar suporte ao aluno para o desenvolvimento da estratégia do seu empreendimento e a definição do seu modelo de negócio”.

Como vimos acima, a PRPG oferece uma disciplina com idêntico nome: “Laboratório de Inovação e Empreendedorismo” (PRG0016), com carga de 120 horas e cujos objetivos e programa são semelhantes aos da disciplina da FEA. Ambas têm como base conceitual “a inovação de modelo de negócio, que é estudada por meio de um método estruturado, denominado Jornada da Inovação de Modelo de Negócio”. Chama atenção o fato de que a extensa bibliografia é toda em inglês, tendo como única exceção a tese de livre-docência do professor Marcelo Pedroso (FEA), responsável pela disciplina.

Embora reúna um alto número de disciplinas efetivamente dedicadas ao mundo dos negócios, o rol organizado pelo NEU/Auspin incluiu diversas que não têm relação clara com empreendedorismo ou inovação. É o caso de “Liderança e Comportamento Humano” (PST0391), do IP. De acordo com o tópico “O que agrega ao empreendedor?”, essa matéria permite “Refletir sobre a condição social do ser humano e suas implicações na organização do trabalho como atividade grupal”, explicação um tanto vaga para justificar sua inserção na lista.

Do mesmo modo, a maior parte das 13 disciplinas do IME citadas não tem vinculação, sequer remota, aos temas do “quarto pilar”. São os casos de “Introdução à computação” (MAC0110 e 2166), “Introdução à computação para Ciências Humanas” (MAC0113), “Introdução à Computação para Ciências Exatas e Tecnologia” (MAC0115), “Princípios

de Interação Humano-Computador” (MAC0446), “Técnicas de Computação” I e II (MAC0216 e 0218).

Aspecto digno de nota da lista de “disciplinas empreendedoras” é que a FM e a Esalq, duas unidades que, historicamente, apresentam extenso e profundo envolvimento com fundações privadas ditas “de apoio” e com o processo de mercantilização da universidade, possuem cada uma delas uma única disciplina desse tipo na lista do NEU/Auspín. O que sinaliza, quem sabe, a opção por uma

dedicação prioritária aos projetos (altamente) remunerados que beneficiam grupos de docentes dessas unidades, e por outro lado atenção bem menor ao propósito da Reitoria de estimular “proselitismo pedagógico” em favor do empreendedorismo-inovacionismo.

Nota

Nesta versão, o texto foi atualizado com correções e foram suprimidos pequenos trechos da matéria original.

“BOLSAS DE EMPREENDEDORISMO” DA AUSPIN SERÃO CONCEDIDAS MEDIANTE AFERIÇÃO DO “GRAU” E DO “TEOR INOVADOR-EMPREENDEDOR” DOS PROJETOS

Informativo Adusp Online, 19 de abril de 2024

A Agência USP de Inovação (Auspín) publicou o Edital 1.903/2024, referente às suas “bolsas de empreendedorismo”, programa de subsídio ao intercâmbio com instituições estrangeiras, e cuja finalidade declarada é “oferecer oportunidades para desenvolver projetos relacionados à inovação e empreendedorismo”. O montante investido no programa é de R\$ 1,16 milhão e o valor das bolsas varia de R\$ 6 mil (América Latina) a R\$ 10 mil (“outros destinos”).

O programa é definido pela Auspín como uma chamada anual “com o objetivo de apoiar alunos da graduação interessados em desenvolver atividades relacionadas ao empreendedorismo, habitats de inovação, empresas e centros de pesquisa no exterior”, e que “oferece oportunidade de aprendizado técnico e mercadológico, bem como de estabelecimento de rede de contatos e parcerias”. Implantadas pela Portaria GR 6.640/2015, as “bolsas de

empreendedorismo” estão inseridas no Programa de Bolsas de Intercâmbio Internacional para alunos de Graduação da USP, tendo como meta “proporcionar experiência internacional em atividades de inovação e empreendedorismo aos alunos da graduação”.

Em reportagem publicada em abril de 2023 o *Informativo Adusp Online* apontou uma série de características bastante questionáveis do programa, tais como a participação de empresários ou representantes de empresas privadas nas bancas que escolherão os projetos vencedores; a inclusão de startups e outras empresas entre as instituições de destino elegíveis para o intercâmbio; a aferição da “relevância” das instituições universitárias de destino “considerando a sua classificação nos principais rankings mundiais de sua área e sua relevância na realização de projetos de cunho inovador/empreendedor”, que pode excluir, por exemplo, universidades da América Latina.

Tais parâmetros foram mantidos no Edital 1.903/2024, uma vez que todas as inscrições “serão avaliadas por comissão *ad hoc* da Auspin, formada por especialistas do setor empresarial e comunidade USP”, e o principal critério da seleção é a “Análise do Projeto de Empreendedorismo e Inovação”, com peso 6. Um dos itens da análise é denominado “**Grau de empreendedorismo/ inovação do Projeto**”, e nele “deverá ser verificado o **teor inovador/empreendedor da proposta** e a mobilização destes conceitos [inovação e empreendedorismo]” (destaques nossos).

O edital não explicita, todavia, com quais instrumentos e métricas serão verificados e medidos o “grau de empreendedorismo-inovação” e o “teor inovador-empreendedor do projeto”.

O critério “Análise da Instituição no Exterior”, com peso 2, consiste na verificação da “relevância da instituição de destino considerando a sua classificação nos principais *rankings* mundiais de sua área”, etc., como no edital anterior. O critério “Análise do Perfil do Candidato”, também com peso 2, veta participação de “projetos de pesquisa de cunho prioritariamente e/ou exclusivamente acadêmico”.

“Nenhuma surpresa com este tipo de edital, considerando a visão ‘empreendedora’ desta gestão e das anteriores”, comenta o professor Marcelo Zaiat, diretor regional da Adusp em São Carlos. “O cenário fica pior se considerarmos que as bolsas acadêmicas são menores que as ‘empreendedoras’, e excludentes, pois o-a discente tem que bancar parte dos custos já que a bolsa não é suficiente para a manutenção”.